

Atualidade econômica

Figueiredo: Jari é um passo histórico

Da sucursal de BRASÍLIA

A aquisição do complexo industrial do Jari pelo setor privado nacional "é um passo histórico no processo de desenvolvimento do País, e com ele se demonstra a nossa pertinácia na construção de uma sociedade economicamente livre e politicamente aberta", afirmou ontem o presidente João Figueiredo na solenidade de assinatura de transferência do projeto para um grupo formado por 23 empresas brasileiras.

Figueiredo destacou, em rápido pronunciamento, o cumprimento de uma diretriz básica anunciada para seu governo desde o início, que seria, como consequência natural da abertura política, "a diminuição do coeficiente de tutela do Estado sobre a sociedade, sobre a vida econômica e sobre as relações políticas intrapartidárias".

O presidente mencionou o III Plano Nacional de Desenvolvimento, reiterando a opção brasileira pela economia de mercado, "onde o planejamento do desenvolvimento e toda a atuação governamental devem voltar-se para a orientação, apoio e estímulo aos setores privados, limitando-se o governo, como produtor e investidor, aos campos e atividades exigidos pelo interesse e segurança nacionais e aos projetos não desejados ou inviáveis pela livre iniciativa".

Destacou o presidente Figueiredo que a organização de empresários para a aquisição do Jari e o encontro para a formalização da nova empresa no Palácio do Planalto "é a comprovação cabal da vontade política de transformar em fatos essas diretrizes".

"Alegra-me que o setor privado de nosso País tenha aceito esse desafio, sobretudo porque em termos dos contratos de aquisição do complexo industrial do Jari se congregaram os nossos maiores empresários", ressaltou, elogiando a coordenação feita por Augusto de Azevedo Antunes, "dada sua grande experiência na Amazônia e a sua inegável capacidade empresarial".

Figueiredo frisou, também, que o apoio decisivo do governo federal ao projeto se deve "à necessidade de desenvolver, com rapidez, os recursos da região, em benefício do bem-estar coletivo e, notadamente, dos brasileiros que aí empregam a sua atividade".

Participaram da solenidade, na sala de reuniões do Palácio do Planalto, os 23 empresários participantes do empreendimento e os ministros Delfim Netto, Ernane Galvão, Camilo Penna e Leitão de Abreu, além do chefe do Gabinete Militar, general Danilo Venturini, e dos presidentes do Banco do Brasil e do BNDE.

CONTINUIDADE

O empresário Azevedo Antunes, presidente do Conselho de Administração da Companhia do Jari, lembrou ter o general Figueiredo dado caráter de interesse nacional à reunião de algumas das maiores empresas privadas nacionais para assumir a responsabilidade de dar continuidade "ao gigantesco empreendimento implantado no coração da floresta amazônica pela energia criadora de Daniel Ludwig". O empresário brasileiro classificou o projeto como "um pólo de desenvolvimento de tais dimensões e concebido com tal descortínio e grandeza que provocará uma verdadeira revolução econômica

na margem setentrional do Baixo Amazonas".

Os empresários, ressaltou Azevedo Antunes, têm plena consciência da responsabilidade que estão assumindo e das enormes dificuldades que terão de enfrentar para executá-la com sucesso. "Essa responsabilidade perante vossa excelência e a Nação não admite fracasso. Está em jogo não só o interesse nacional como a reputação da livre empresa no Brasil". Acrescentou que a confiança no êxito da missão decorre também da certeza do apoio do governo. A solução do problema, disse ainda, dada em tempo curto graças à intervenção do ministro Delfim Netto, é de "repercussão internacional sem precedentes no País".

O presidente da Universe Tankship Inc., William Fischer, em rápido discurso lido em português quase incompreensível, disse que "Daniel Ludwig viu a transação com desapontamento por não ter podido alcançar tempestivamente seus objetivos originais, e satisfação de ter podido lançar as bases sólidas a partir das quais esses objetivos serão alcançados sob a inspirada liderança de Azevedo Antunes".

Em mensagem transmitida aos empresários brasileiros e ao presidente Figueiredo, mas que não chegou a ser lida, Daniel Ludwig demonstrou satisfação pela participação de Azevedo Antunes na coordenação da nova empresa, e salientou que desde fins de 1980 não teve condições de expandir o Projeto Jari, daí ter iniciado "uma fase de austeridade" enquanto procurava um comprador. Destacou, entretanto, que hoje as florestas estão plantadas, a fábrica de celulose funciona acima da capacidade nominal e os serviços de infra-estrutura para futura expansão estão igualmente prontos.

Obrigações da Universe Tankships

Pelo acordo básico de transferência do Projeto Jari, a Universe Tankships Inc. e sua subsidiária no Brasil, Entrerios Comércio e Administração Ltda, obrigaram-se a transferir e a ceder à Companhia Jari todas as cotas do capital social das sociedades Jari Florestal e Agropecuária Ltda., Madeiras do Jari Ltda., Serviços Agrários e Silviculturais Ltda. e Navegação Sion Ltda. e demais interesses dessas sociedades, inclusive créditos de qualquer natureza. Ficam excluídos apenas as dívidas da Jari Florestal, no total de 79,7 milhões de dólares, e o pagamento do preço de importação, durante o ano de 1981, de insumos e equipamentos no total aproximado de US\$ 9,6 milhões.

Nos termos do contrato assinado no Palácio do Planalto, todos esses direitos são cedidos ao preço igual ao valor nominal das cotas do capital social da Jari Florestal e da Madeiras do Jari, valor que será pago pela Companhia do Jari mediante a entrega de cem cotas. A Universe Tankships e a Entrerios obrigaram-se ainda a garantir a situação patrimonial dos balanços auditados em 31.12.81 das sociedades cujas cotas são

cedidas, e providenciar para que a transferência da administração das sociedades, para os administradores designados pela Cia. do Jari seja feita de modo ordenado, prevalecendo a continuidade de suas operações.

As duas empresas assumirão a dívida da Jari Florestal para com o Midland International Bank, no valor de 59 milhões de dólares e se comprometeram a obter crédito "stand by" de US\$ 50 milhões em banco estrangeiro, que será utilizado pela Jari Florestal para saldar as diferenças de suas operações nos anos de 1982 a 1984, caso sejam elas inferiores às projeções que serviram de base à negociação da transferência do Projeto Jari.

A Cia. do Jari fica obrigada a liberar a Universe Tankships das garantias prestadas a obrigações de sociedades cujas cotas são transferidas e a fazer com que a Jari Florestal pague sua dívida de 79,7 milhões de dólares.

A Universe Tankships e a Entrerios garantem que os financiamentos a longo prazo devido pelas sociedades cujas cotas serão transferidas são apenas dívida para

com a Ishikawajima Harima, no total de 35,4 bilhões de ienes; um empréstimo do Lloyds International Bank de US\$ 29,1 milhões e dois financiamentos de importação de equipamentos no total de US\$ 1,1 milhão; e asseguram que os empréstimos de capital de giro contraídos pelas sociedades atingem US\$ 57,3 milhões.

O contrato de transferência do Jari é irrevogável e irrevogável e prevê o prazo de seis meses para a conferência dos ativos e passivos e a assunção da administração das sociedades pela Cia. do Jari será regida pela lei brasileira. O Banco do Brasil participou do contrato mediante subscrição de ações do aumento de capital da Jari Florestal, o pagamento da próxima prestação e juros devidos à Ishikawajima e para executar, através de sua agência em Nova York, as cartas de créditos da Jari Florestal para pagamento da dívida de US\$ 79,7 milhões. O BNDE participou para concordar que a Universe Tankships seja liberada da fiança prestada em obrigações da Jari Florestal, uma vez transferidas as cotas de seu capital social para a Cia. do Jari.

Para Antunes, um bom negócio

Após a formalização da aquisição do projeto Jari por um grupo de 23 empresários privados nacionais, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, presidente do Conselho de Administração da Companhia do Jari, salientou que a compra foi, antes de tudo, um bom negócio para o Brasil, pois sua paralisação vinha comprometendo os interesses políticos, sociais e a própria imagem do País no Exterior. "Portanto, estava a exigir uma solução corajosa por parte do empresariado nacional".

Antunes refutou veementemente as críticas de que os termos do contrato de aquisição do Jari dão margem a dúvidas que poderiam possibilitar o retorno da posse a Daniel Ludwig ou seus futuros herdeiros. "Isso é apenas uma posição lamentável", afirmou. Também respondeu com irritação a uma acusação que lhe foi feita pelo deputado Hélio Duque (PMDB-PR), de que ele era um "testa de ferro" de grupos multinacionais: "Eu relaxaria a minha dignidade, se respondesse a essa pergunta", limitou-se a dizer.

"O que se assinou hoje, aqui, é irrevogável, por não se tratar apenas de um bom negócio empresarial, mas porque representa a nacionalização de uma grande empresa sem estatização, por intermédio de grupos empresariais privados nacionais de interesse do País", afirmou o empresário. E acrescentou: "Portanto, não há o menor risco ou condição de o projeto Jari retornar às mãos do sr. Ludwig ou de qualquer outro grupo estrangeiro. O projeto Jari é nosso e marca a presença do empresário privado brasileiro num projeto decisivo para o desenvolvimento da Amazônia".

O representante do grupo Antunes, que coordenou a associação dos outros 22 empresários para a aquisição do Jari, participando ele mesmo com US\$ 40 milhões, disse que a primeira preocupação, agora, é dar continuidade às obras em implantação, partindo para novos investimentos, como a construção de uma nova fábrica de processamento de celulose somente quando o atual projeto estiver totalmente consolidado.

Ele também mostrou sua disposição de comparecer a qualquer lugar onde sua presença for solicitada para esclarecer detalhes da operação ou sobre o projeto em andamento na Amazônia. "Existe uma mistificação muito grande em torno do Jari, justamente porque o sr. Ludwig queria, primeiro, aprontar tudo para, depois, torná-lo público. Mas não existia segredo algum, tanto que existem linhas comerciais aéreas normais para o projeto e hospedaria para quem queira visitá-lo. Entendo que é meu dever esclarecer a sociedade brasileira sobre o que existe no projeto ou sobre os termos da operação, pois nunca me neguei a qualquer esclarecimento público".

Antunes disse que ainda não tem idéia dos primeiros passos que serão dados para "tocar" o projeto, uma vez que só se envolveu realmente com o problema, na qualidade de comprador, a partir do dia 17 de dezembro último. Mas assegurou que tem uma promessa formal do ministro do Planejamento, Delfim Netto, de que o problema fundiário em torno da área compreendida pelo Jari será resolvido brevemente, uma vez que estão afastados os empecilhos da legislação que limita a posse de terras no Brasil por pessoas estrangeiras. Ele acrescentou que o aval governamental ao projeto consubstanciou-se mediante a participação acionária do Banco do Brasil no capital da Companhia do Jari, no valor de US\$ 180 milhões, embora em ações resgatáveis futuramente, com juros e correção monetária. "Eu, pessoalmente, não tenho qualquer tipo de apreensão em torno do projeto, que pode vir a se transformar em um bom negócio".

"NEM BOM, NEM MAU"

A opinião de Antunes foi reafirmada pela totalidade dos empresários que estiveram, ontem, no Palácio do Planalto, para o ato formal de aquisição do Jari. O advogado José Luiz Bulhões Pedreira, que representou os interesses de Daniel Ludwig na fase de negociações, disse que são

infundados os temores de que os termos jurídicos do contrato possibilitem ao empresário norte-americano reaver a posse do Jari. "São temores de quem não conhece os termos do contrato e não tem nenhum fundamento, pois não há nada a esconder nem que não tenha ficado suficientemente esclarecido", afirmou.

O diretor-geral do grupo Itaú, José Carlos Moraes Abreu, disse que a compra do Jari não foi bom nem mau negócio, mas considerou que o empresariado nacional não poderia omitir sua colaboração para resolver um problema nacional. Ele considerou que não há a menor possibilidade de Ludwig reaver o projeto, pois a sua posição é de participação em possíveis lucros futuros, com base nos dividendos líquidos para distribuição, o que não deverá ocorrer a curto e médio prazo, pois as amortizações financeiras certamente absorverão esses lucros. "Essa é muito mais uma decisão de colaboração empresarial, sem análise dos aspectos econômicos, mas pelo interesse nacional que representa o projeto".

Antônio Carlos de Almeida Braga, do grupo Atlântica-Boa Vista, outro que participa na aquisição do Jari, acha que só serão necessários "alguns acertos" para que o projeto se transforme num negócio proveitoso. "Esta é a primeira vez que se constitui um grupo de empresários nacionais tão forte para realizar uma operação em conjunto. Se a experiência tiver êxito, poderá se repetir em outros empreendimentos", disse Almeida Braga.

O presidente da Companhia do Jari, Sérgio Quintella, omitiu-se de fazer maiores comentários sobre o futuro do projeto, alegando que não conhece sequer a área. Mas mostrou-se confiante em sua viabilidade econômica, com a melhora dos preços internacionais da celulose. Ele também mostrou a disposição de fornecer o maior número de informações possíveis à sociedade brasileira tanto sobre a operação de compra do Jari quanto na condução de seu desenvolvimento, de agora em diante.



Assinado o contrato, o presidente da República cumprimenta o empresário Azevedo Antunes

Foto Sérgio Borges - Telefoto Estado